

CONSULTA PÚBLICA nº 65, 28 de dezembro de 2018

PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DO PLANO NACIONAL DE ENERGIA – PNE

CONTRIBUIÇÕES

SUMÁRIO EXECUTIVO ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES

1. Quantidade de contribuições

Foram apresentadas nove contribuições.

2. Agentes que enviaram contribuições

Uma das contribuições foi apresentada por pessoa física e as outras oito por associações, entidades e empresas.

3. Natureza das contribuições

As contribuições apresentaram comentários e recomendações em relação ao texto da consulta, ao Procedimento de Elaboração do PNE e ao próprio PNE.

4. Sumário Executivo

i. INSTITUCIONAL E LEGISLAÇÃO

- a. As contribuições explicitaram ser positiva a iniciativa do MME em propor a estruturação de um processo de elaboração do PNE;
- b. Contribuição indicando que o CNPE seja envolvido já na etapa de elaboração e não apenas na aprovação do PNE, mas não sugere como essa participação deve ocorrer;
- c. Ressaltaram a necessidade de explicitar referências quanto as diretrizes a serem observadas, decorrentes das várias macro políticas governamentais, no horizonte do PNE e sugestão de estabelecimento de diretrizes para mitigar as divergências entre os vários setores de infraestrutura;

ii. MODELOS E METODOLOGIA

- a. Reconhece a importância de referencial utilizado tirando proveito da metodologia desenvolvida pela OLADE;
- b. Referenda e sugere que o monitoramento contínuo da efetiva implementação das recomendações do PNE utilize indicadores que permitirão que este seja feito de forma eficaz, como indicadores dos ganhos em eficiência energética, por exemplo;
- c. Recomenda algumas variáveis a serem consideradas na análise de sensibilidade (fatores impactantes à construção de hidrelétricas na Amazônia, à construção de termelétricas e a utilização de energia nuclear); recomenda maior clarificação entre a composição dos cenários e também a análises de sensibilidade a ser realizadas;
- d. Recomenda que seja feita a indicação e disponibilização dos modelos a serem utilizados;

e. Recomenda que seja especificado de maneira mais clara como ocorrerá a uniformização das variáveis socioeconômicas de longo-prazo, considerando muitos órgãos não realizam projeções de longo prazo. Inicialmente, serão considerados os estudos realizados pelo Ministério da Economia, IPEA, IBGE, Infraestrutura, Defesa e Cidades, entre outros;

iii. PARTICIPAÇÃO E MATRIZ DE RESPONSABILIDADE E IMPACTO

a. Reconhecem o mérito da proposta em indicar ampla participação de agentes socioeconômicos, públicos e privados, no processo de planejamento energético e adicionalmente recomendam que sejam esclarecidas as diretrizes e critérios de identificação desses agentes;

b. Apoiam a proposta feita para que a sociedade não seja chamada a comentar somente os resultados dos estudos, mas a participar ativamente nas diversas etapas da sua elaboração; recomenda a criação e formalização de mecanismos e processos sistemáticos voltados para garantir a transparência e participação da sociedade civil na elaboração e revisão do PNE e instrumentos complementares, a exemplo dos planos decenais de planejamento energético (PDE). Seria importante reconhecer que há outras etapas onde a avaliação e um olhar mais amplo da sociedade para o setor tornam-se necessário para a melhora da robustez do PNE; deve prever o estabelecimento do nível e grau de consulta de cada parte interessada; que seja considerada uma manifestação da opinião pública nos mais diversos aspectos e assuntos como diminuir dependência de fósseis, nível de prioridade para sustentabilidade e presença de renováveis na matriz. Ressaltam que a sociedade possui o direito de manifestar sua preferência, no que diz respeito à exploração e uso das fontes de energia e o poder público deve levar em consideração tal manifestação. Não se apresentou, entretanto, que instrumentos dariam suporte a esse processo, além das consultas públicas; considerar estudos elaborados por ONGs;

c. Recomenda que a análise dos aspectos vigentes da política energética brasileira deve ser feita em workshops presenciais realizados nas cinco regiões do país. Critica o fato da primeira consulta pública se dar após os seis primeiros macroprocessos, o que dificultaria eventuais mudanças propostas nos workshops;

d. Que no início da elaboração do PNE, sejam claramente identificados os produtos finais que serão desenvolvidos e que ocorra a divulgação prévia do cronograma de elaboração do PNE, através de consulta pública;

e. Ressaltam a importância da definição de etapas e responsabilidades e, adicionalmente, recomendam um maior detalhamento da Matriz de Responsabilidade e Impactos; detalhar como se dará o processo de composição da matriz de responsabilidade e impacto;

f. Ressaltam a importância da proposta de iteração com todos os atores governamentais e sociais, incluindo academia, universidades, institutos federais e escolas do sistema S, evitando um possível "apagão" de mão de obra frente às novas demandas do setor;

g. Apoiam e reforçam que as consultas e análises de contribuições sejam tratadas e apresentadas em relatório detalhado com resultados da Consulta Pública tornados transparentes e públicos com a análise individual das contribuições;

iv. PRODUTOS

- a. Recomenda a inclusão do seguinte estudo: “Cenários de Impactos Socioambientais do PNE (tais como geração de empregos, emissões de gases de efeito estufa, emissões de poluentes, saúde pública, produtividade industrial, inovação tecnológica dentre outros)”;
- b. Recomenda que sejam elaborados e publicados os relatórios executivos, detalhando e consolidando informações e suas respectivas fontes, para análise dos diversos agentes socioeconômicos públicos e privados;
- c. Recomenda definição de alguns termos que constam da proposta como Recursos Energéticos Distribuídos – RED e Matriz de impacto e Responsabilidades, o que sugere a conveniência de incluir um Glossário no conjunto de produtos do PNE;

v. PRAZOS

- a. Recomendações para que o processo de atualização tenha prazo de 4 ou 5 anos, considerado como projeto e plano de Estado e não de Governo, não coincidente com o mandato presidencial, e que siga o que determina o art.165 da Constituição Federal, no contexto dos Plano Plurianuais (PPA);
- b. Recomendação, que a atualização do PNE se inicie no segundo ano do manda presidencial e seja finalizado no primeiro ano do mandato seguinte (quatro anos), incluindo, assim, sua agenda dentro dos marcos dos Planos Plurianuais (PPA).
- c. Houve manifestação quanto ao horizonte do PNE que deveria ser de 20 anos, com prazo de atualização a cada cinco anos; deve-se avaliar o horizonte do PNE balizado no tempo das concessões dos empreendimentos, que hoje tem horizonte de até 30 anos, considerando cenários anuais de 10 e 20 anos;

vi. ASPECTOS GERAIS

- a. Recomenda a consideração do nível ambiental, juntamente com os níveis político, social e econômico, citados explicitamente na proposta; que na análise dos aspectos vigentes da política energética já sejam considerados os compromissos internacionais assumidos pelo país (Acordo de Paris e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável);
- b. Recomenda que no processo a questão climática não seja vista apenas à luz da ação das organizações internacionais (pág. 12), mas, sobretudo, em uma perspectiva mais ampla, a incluir: as vulnerabilidades do país às alterações climáticas, elaborando uma análise de risco ambiental e estratégia (e, assim, a capacidade de adaptação do setor de energia), a trajetória do país para uma economia de baixo carbono (e, portanto, as oportunidades de mitigação e o direcionamento do aproveitamento das oportunidades para o setor de energia brasileiro), considerando as políticas nacionais de meio ambiente, clima, recursos hídricos, direitos indígenas, etc.; Recomenda que o PNE e outros instrumentos orientadores do planejamento energético brasileiro incorporem a dimensão dos direitos humanos como elemento fundamental, considerando o marco legal nacional e os acordos internacionais dos quais o Brasil faz parte;
- c. Recomenda constar também a interface do setor de energia com outros aspectos ambientais e territoriais, como usos múltiplos dos recursos hídricos, direitos indígenas, etc., ou seja, que sejam consideradas as políticas de Estado que se relacionam com o PNE;

- d. Recomenda a ampliação e desenvolvimento de critérios e indicadores de sustentabilidade socioambiental para diferentes subsetores; compatibilização do planejamento de empreendimentos elétricos com outras políticas setoriais e territoriais, referentes, por exemplo, a gestão integrada de bacias hidrográficas, áreas protegidas, sócio biodiversidade e direitos de povos indígenas, populações tradicionais e outros grupos sociais locais;
- e. Pontuada a necessidade de maior articulação entre as instituições do setor energético (Aneel, MME, EPE, etc.) e demais instituições públicas (MMA/IBAMA/ICMBio, FUNAI, IPHAN, etc.) sobretudo quanto aos estudos de inventários e de viabilidade;

ID	AGENTE	Qt	RESUMO DA CONTRIBUIÇÃO	RESULTADO	JUSTIFICATIVA
1.	Autônomo (Sr. J. Patusco)	01	Apresenta um descritivo histórico caracterizando as atividades correlatas ao planejamento energético brasileiro, datado do ano 2000, relevante para a elaboração do PNE, mas não faz referência ao texto colocado em consulta.	Acatada parcialmente	A contribuição não se referiu ao texto em consulta, mas será remetida para consideração no processo de elaboração do PNE.
2.	APINE	01	Seria interessante definir já na etapa de planejamento quais serão produtos finais a serem obtidos no final do processo de uma forma mais explícita.	Acatada	Confere maior previsibilidade ao processo e permite maior participação dos interessados.
3.		02	Para que os agentes possam participar de uma forma ativa nos workshops previstos no processo, seria interessante uma divulgação prévia das datas e das etapas a serem debatidas com a maior antecedência possível. Com isso, os agentes poderão programar debates internos às associações com o objetivo de estar preparados para contribuir de forma mais efetiva nas diversas etapas da construção do PNE.	Acatada	Confere maior previsibilidade ao processo e permite maior participação dos interessados.
4.		03	Foi definido o prazo de 4 anos como o intervalo entre a edição de cada Plano Nacional de Energia. É louvável o estabelecimento desse prazo, visto que ele embute uma obrigatoriedade para a conclusão do processo. O problema é que esse prazo coincide com os mandatos dos governantes, e com isso, podem sofrer interrupções causadas pela alternância na condução das políticas de governo. Para evitar essa coincidência de prazo, talvez fosse conveniente alterar o prazo para 5 anos.	Acatada	Os relatórios de planejamento de longo prazo serão publicados a cada 5 anos, com revisão no seu terceiro ano, para um horizonte de 30 anos, condizente com os prazos de concessões e projetos mais longos. Assim, o plano aproxima-se ainda mais de um instrumento de Estado.
5.		ENEL	01	Destacamos como fundamental a atribuição de prazos para as etapas definidas.	Acatada
6.	LALCAM	01	Incluir requisitos de cenários para avaliações de sensibilidade dos itens críticos.	Acatada	A elaboração dos planos de longo prazo já realiza análises de sensibilidade de parâmetros chave. A sua definição nos procedimentos de elaboração reforçam a continuidade da prática.

ID	AGENTE	Qt	RESUMO DA CONTRIBUIÇÃO	RESULTADO	JUSTIFICATIVA
7.	LALCAM	02	O prazo para edição do PNE deveria ser a cada 5 anos, e horizonte de 20 anos, com relatório anual de acompanhamento dos desvios e ajustes;	Acatada parcialmente	Os relatórios de planejamento de longo prazo serão publicados a cada 5 anos, com revisão no seu terceiro ano, para um horizonte de 30 anos, condizente com os prazos de concessões e projetos mais longos. Assim, o plano aproxima-se ainda mais de um instrumento de Estado.
8.		03	Continuidade (projeto de Estado e não de Governo)	Acatada	O PNE é um instrumento de Estado. No seu Procedimento de Elaboração, será feita referência à essa característica.
9.		04	Falta mencionar as diretrizes a serem observadas decorrentes da política macro para o horizonte do PNE. Ponto de atenção deve ser o estabelecimento de diretrizes a convergência (e mitigação de divergências) com outros setores de infraestrutura com interface, entre eles: 1) Petróleo e gás; 2) GNL; 3) Política industrial; 4) Meio Ambiente e Região Amazônica; 5) Nuclear; e 6) Integração Regional .	Acatada	O PNE tem como objetivo apresentar uma visão integrada das várias fontes de energia para otimizar seu uso e aumentar a eficiência econômica, preservando a sustentabilidade social e ambiental.
10.	SETEC-MEC	01	Recomenda a iteração com a academia, universidades, institutos federais e as escolas do sistema S, que são os formadores de profissionais para o mercado de trabalho.	Acatada parcialmente	Já contempla. O processo proposto conta com a participação do público em geral, incluindo os entes listados pela contribuição, através de consultas públicas.
11.	International Energy Initiative IEI Brasil	01	Referente à periodicidade de atualização do PNE, incluir agenda dentro do marco dos Planos Plurianuais (PPA) (artigo 165 da Constituição Federal, regulamentado pelo Decreto 2.829, de 29 de outubro de 1998), que são os documentos que trazem as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da administração pública. Dessa maneira, publicar o PNE para que seja vigente do segundo ano de um mandato presidencial até o final do primeiro ano do mandato seguinte.	Não acatada	Os relatórios de planejamento de longo prazo serão publicados a cada 5 anos, com revisão no seu terceiro ano, para um horizonte de 30 anos, condizente com os prazos de concessões e projetos mais longos. Assim, o plano aproxima-se ainda mais de um instrumento de Estado.
12.		02	Referente ao item "5.1 Análise de informações e políticas públicas vigentes": essa análise deveria ser feita em conjunto com os diversos atores da sociedade. A análise elaborada deve ser colocada em consulta pública e realizados workshops presenciais, tais quais preconizados no item 5.5 do referido documento ora em consulta, nas cinco regiões do país	Não acatada	O Procedimento de Elaboração já recomenda a realização de workshops e consultas públicas, o que permite ampla participação dos agentes no processo de elaboração do PNE. De modo a dar celeridade ao processo, e permitir a publicação do plano em tempo hábil de que ele apresente as diretrizes de planejamento de longo prazo, assim como preservar o orçamento, há que se manter um equilíbrio entre as etapas de estudos e elaboração dos relatórios e de consulta ao público e coleta de contribuições.

ID	AGENTE	Qt	RESUMO DA CONTRIBUIÇÃO	RESULTADO	JUSTIFICATIVA
13.		03	A análise e avaliação das contribuições feitas deverão ser elaboradas tal qual faz a Aneel em seus processos de consulta e audiência públicas.	Acatada	Já contemplado. O Ministério de Minas e Energia – MME se utiliza de metodologia de relatar e publicar a análise das contribuições, semelhante ao que fazem outras instituições do setor.
14.	International Energy Initiative IEI Brasil	04	O texto do item “5.1 Análise de informações e políticas públicas vigentes” é: “Analisar e considerar aspectos vigentes da política energética brasileira (diretrizes, instrumentos, estudos, cenários, resultados e recomendações), dirimindo divergências e conflitos”. Sugere-se o seguinte texto: “Analisar e considerar aspectos vigentes da política energética brasileira (diretrizes, instrumentos, estudos, cenários, resultados e recomendações) e de compromissos internacionais relacionados assumidos pelo país, como o Acordo de Paris e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), dirimindo divergências e conflitos”.	Acatada parcialmente	Os acordos internacionais do qual o País faz parte integram a sua política energética nacional. Ainda assim, é interessante destacar esse ponto. Entretanto, não se fazem necessários os exemplos, visto que o objetivo dos procedimentos é ser perene e independente da conjuntura.
15.		05	Sugere-se acrescentar o seguinte texto: “Analisar e considerar aspectos vigentes de outras políticas, programas e iniciativas de outros ministérios (diretrizes, instrumentos, estudos, cenários, resultados e recomendações) que se relacionam com a política energética brasileira e de compromissos internacionais relacionados assumidos pelo país, dirimindo divergências e conflitos”.	Acatada parcialmente	O setor energético é interdependente com outros setores da sociedade e, assim, a contribuição é pertinente.
16.		06	Sugere-se a inclusão do seguinte texto (sugestão em itálico): “Elaborar relatório executivo com a descrição dos contextos (Global/Nacional/Regional) e recomendações para cenarização e correspondente relatório detalhado a serem disponibilizados na Consulta Pública subsequente”.	Acatada parcialmente	Confere maior transparência. Será integrada ao processo de elaboração da edição do PNE posterior ao PNE 2050. Ressalta-se que não está previsto um único relatório, mas um conjunto de relatórios associados. Ademais, a lista de documentos não se propõe a ser exaustiva, havendo espaço para adequação conforme as necessidades de cada ciclo.
17.		07	Referente ao item “5.7 Consulta Pública I: divulgar levantamento de políticas e informações”, sugere-se o seguinte texto: “Elaborar relatório com os resultados da Consulta Pública e com a análise das contribuições recebidas pela Consulta Pública”.	Acatada parcialmente	Já contemplada. O MME se utiliza de metodologia de relatar e publicar a análise das contribuições.
18.		08	Referente ao item “5.9 Consulta Pública II: validação de pesquisa e cenários”, sugere-se o seguinte texto: “Elaborar relatório com os resultados da Consulta Pública e com a análise das contribuições recebidas pela Consulta Pública”.	Acatada parcialmente	Já contemplada. O MME se utiliza de metodologia de relatar e publicar a análise das contribuições.

ID	AGENTE	Qt	RESUMO DA CONTRIBUIÇÃO	RESULTADO	JUSTIFICATIVA
19.		09	Referente ao item "5.10 Elaborar estudos, pesquisas, cenários e modelagem para suporte ao PNE", sugere-se o seguinte texto: "Potencial dos Recursos Energéticos, de Armazenamento, dos Recursos Energéticos Distribuídos, aqui considerados como a (i) geração distribuída, (ii) armazenamento de energia, (iii) veículos elétricos e estrutura de recarga, iv) eficiência energética e v) gerenciamento pelo lado da demanda".	Acatada parcialmente	As sugestões (iv) e (v) da contribuição são pertinentes para elaboração de um planejamento de longo prazo. As demais sugestões já estão contempladas na proposta original.
20.	International Energy Initiative IEI Brasil	10	Sugere-se acrescentar o seguinte estudo de suporte à elaboração do PNE: "Cenários de Impactos Socioambientais do PNE (tais como geração de empregos, emissões de gases de efeito estufa, emissões de poluentes, saúde pública, produtividade industrial, inovação tecnológica dentre outros)".	Acatada parcialmente	Os temas são transversais dentro do setor energético e relevantes para as políticas setoriais, e devem fazer parte das análises do PNE.
21.		11	Referente ao item "5.11 Consulta Pública III: divulgar premissas e resultados de estudos", sugere-se o seguinte texto: "Elaborar relatório com os resultados da Consulta Pública e com a análise das contribuições recebidas pela Consulta Pública".	Acatada parcialmente	Já contemplada. O MME se utiliza de metodologia de relatar e publicar a análise das contribuições.
22.		12	Referente ao item "5.12 Elaborar Relatório Executivo do PNE, Matriz Energética Nacional e documentos associados", sugere-se acrescentar o seguinte texto aos principais relatórios finais: "Relatório Detalhado PNE a ser disponibilizado na Consulta Pública subsequente".	Acatada parcialmente	Confere maior transparência. Será integrada ao processo de elaboração da edição do PNE posterior ao PNE 2050. Ressalta-se que não está previsto um único relatório, mas um conjunto de relatórios associados. Ademais, a lista de documentos não se propõe a ser exaustiva, havendo espaço para adequação conforme as necessidades de cada ciclo.
23.		13	Referente ao item "5.13 Consulta Pública IV: divulgar relatório executivo e documentos complementares", sugere-se o seguinte texto: "Elaborar relatório dos resultados da Consulta Pública e com a análise das contribuições recebidas pela Consulta Pública".	Acatada parcialmente	Já contemplada. O MME se utiliza de metodologia de relatar e publicar a análise das contribuições.
24.		14	Referente ao item "5.14 Emissão para aprovação do Relatório Executivo do PNE, Matriz Energética Nacional e documentos associados", sugere-se o seguinte texto: "Revisão e emissão da versão final do Relatório Executivo do PNE, do <i>Relatório Detalhado do PNE</i> , da Matriz de Responsabilidades e de Impacto e da Agenda Plurianual. Encaminhar para aprovação do Ministro de Minas e Energia, o Relatório Executivo, o <i>Relatório Detalhado</i> , a Matriz de Responsabilidades e de Impacto, a Agenda Plurianual e demais documentos".	Acatada parcialmente	Confere maior transparência. Será integrada ao processo de elaboração da edição do PNE posterior ao PNE 2050. Ressalta-se que não está previsto um único relatório, mas um conjunto de relatórios associados. Ademais, a lista de documentos não se propõe a ser exaustiva, havendo espaço para adequação conforme as necessidades de cada ciclo.

ID	AGENTE	Qt	RESUMO DA CONTRIBUIÇÃO	RESULTADO	JUSTIFICATIVA
25.		15	Referente ao item "5.15 Aprovação e publicação do PNE", sugere-se o seguinte texto: "Aprovação do Relatório Executivo do PNE, do <i>Relatório Detalhado do PNE, da</i> Matriz de Responsabilidades e de Impacto e da Agenda Plurianual do Ministro das Minas e Energia. Encaminhamento do Relatório Executivo do PNE, do <i>Relatório Detalhado do PNE</i> e demais documentos aprovados para o CNPE."	Acatada parcialmente	Não está previsto um único relatório, mas um conjunto de relatórios associados. Ademais, a lista apresentada no item 5.15 não se propõe a ser exaustiva, havendo espaço para adequação conforme as necessidades de cada ciclo.
26.	International Energy Initiative IEI Brasil	16	Referente ao item "7 Matriz de Responsabilidades e Impacto", sugere-se definir o que é uma matriz de impacto e inserir proposta inicial dessa matriz tal qual foi feita para a de responsabilidades.	Acatada parcialmente	Melhora o entendimento da proposta.
27.		17	Referente ao item "8 Governança do PNE", sugere-se definir preliminarmente os segmentos do governo e agentes públicos que precisam atuar de forma integrada e identifica-los na matriz de responsabilidades.	Acatada parcialmente	Melhora o entendimento da proposta. Será acrescentada lista preliminar de entes, mas que não configura uma estrutura fixa, mas que pode ser adequada conforme evolução do setor energético.
28.	Frente por uma Nova Política Energética para o Brasil	01	Sugere a estruturação e formalização de um processo que leve em consideração também a participação na etapa de inventário de bacia e na elaboração dos Planos Decenais de Expansão de Energia (PDEs), por exemplo.	Acatada parcialmente	O PNE é um plano de cunho estratégico e qualitativo. Os cenários de longo prazo não consideram futuros projetos de maneira individual, mas estabelecem os desafios para alcance de determinados objetivos. Já há um esforço de maior conciliação entre PNE e PDE.
29.		02	Entre os fatores que afetam o planejamento de longo prazo que devem ser levados em consideração (pág. 12) deve-se constar também a interface do setor de energia com outros aspectos ambientais e territoriais, como usos múltiplos dos recursos hídricos, direitos indígenas, etc.	Acatada parcialmente	Já contemplada. O PNE tem como objetivo apresentar uma visão integrada das várias fontes de energia para otimizar seu uso e aumentar a eficiência econômica, preservando a sustentabilidade social e ambiental.
30.		03	Sugere-se que, no processo, a questão climática não seja vista apenas à luz da ação das organizações internacionais (pág. 12), mas, sobretudo, em uma perspectiva mais ampla, a incluir: as vulnerabilidades do país às alterações climáticas (e, assim, a capacidade de adaptação do setor de energia), a trajetória do país para uma economia de baixo carbono (e, portanto, as oportunidades de mitigação e o direcionamento do aproveitamento das oportunidades para o setor de energia brasileiro).	Acatada parcialmente	Já contemplada. O PNE tem como objetivo apresentar uma visão integrada das várias fontes de energia para otimizar seu uso e aumentar a eficiência econômica, preservando a sustentabilidade social e ambiental.
31.		04	Sugere-se que a etapa de monitoramento (pág. 13) indique claramente os indicadores que permitirão que este seja feito de forma eficaz. Por exemplo: se o PNE indica o direcionamento para a eficiência energética em 10%, é preciso que se tenha indicadores que nos permitam avaliar essa evolução da política energética.	Acatada parcialmente	O PNE é um plano de cunho estratégico e qualitativo. Os cenários de longo prazo não consideram futuros projetos de maneira individual, mas estabelecem os desafios para alcance de determinados objetivos. Após publicação de cada PNE, será elaborado um plano de ação nesse sentido.

ID	AGENTE	Qt	RESUMO DA CONTRIBUIÇÃO	RESULTADO	JUSTIFICATIVA
32.		05	Nos fatores que devem ter sua influência analisada e/ou considerada no planejamento energético de longo prazo (pág. 14), sugere-se considerar e mencionar a trajetória de ganhos em eficiência energética.	Acatada	Já contempla. Eficiência energética é relevante para o planejamento de longo prazo.
33.	Frente por uma Nova Política Energética para o Brasil	06	Ao propor a adoção de um enfoque sistêmico para o planejamento energético (pág. 15), sugerimos considerar e citar o nível ambiental, juntamente com os níveis político, social e econômico, citados explicitamente na proposta.	Acatada	O PNE tem como objetivo apresentar uma visão integrada das várias fontes de energia para otimizar seu uso e aumentar a eficiência econômica, preservando a sustentabilidade social e ambiental.
34.		07	Na elaboração de diagnóstico sobre políticas públicas setoriais em energia (pág. 17) não apenas os acordos internacionais no âmbito do governo federal que guardem relação ou impactam o planejamento energético devem ser considerados, mas também as políticas nacionais de meio ambiente, clima, recursos hídricos, direitos indígenas, etc.	Acatada	O setor energético é interdependente com outros setores da sociedade e, assim, a contribuição é pertinente.
35.		08	Sugere-se também que todos os relatórios de resultados das Consultas Públicas a serem produzidos respondam adequadamente às sugestões feitas, destacando o que foi acatado e o que não foi explicitando neste caso o motivo.	Acatada parcialmente	Já contemplada. O MME se utiliza de metodologia de relatar e publicar a análise das contribuições.
36.		09	Na identificação dos segmentos de governo, agentes públicos e agentes sócio-econômicos cuja participação é necessária sugere-se a convocação não apenas dos que atuam nas áreas de transporte, indústria e educação, mas também nas áreas de meio ambiente e clima.	Acatada	O setor energético é interdependente com outros setores da sociedade e, assim, a contribuição é pertinente.
37.		10	Ainda sobre os fatores que devem ter sua influência analisada e/ou considerada no planejamento energético de longo prazo (pág. 14), consideramos e sugerimos que a opinião pública (ou uma manifestação da sociedade civil) quanto à pertinência do abandono dos combustíveis fósseis, ou seja, da priorização das renováveis em longo prazo seja também um fator considerado. A sociedade possui o direito de manifestar sua preferência no que diz respeito à exploração e uso das fontes de energia e o poder público deve levar em consideração tal manifestação.	Acatada parcialmente	Já contemplada. O procedimento de elaboração do PNE proposto prevê consultas públicas para coletar contribuições de todos os interessados. A elaboração dos planos de longo prazo já realiza análises de sensibilidade de parâmetros chave, inclusive sobre níveis de descarbonização da matriz.
38.		11	Entre os expressivos potenciais renováveis a serem considerados na elaboração do PNE (pág. 14) recomendamos não deixar de fora o potencial de geração maremotriz e ondomotriz que o Brasil possui.	Acatada parcialmente	Já contemplada. A elaboração do PNE contempla diversas tecnologias de diversos estágios de maturação.

ID	AGENTE	Qt	RESUMO DA CONTRIBUIÇÃO	RESULTADO	JUSTIFICATIVA
39.	Frente por uma Nova Política Energética para o Brasil	12	No contexto da realização de workshops e consultas para subsídios com segmentos do governo e sociedade (pág. 17), defendemos que a sociedade não seja chamada apenas para discutir resultados, mas para participar inclusive com a produção dos cenários. Neste sentido, sugerimos que se realize um ou mais workshops específicos com segmentos da sociedade para que sejam apreciadas pelo governo experiências de planejamento energético desenvolvidas de forma independente, como por exemplo, o relatório [R]Evolução Energética, do Greenpeace, e a Plataforma de Cenários Energéticos. Alguns dos cenários produzidos apontam caminhos bem diferentes do planejamento governamental e mostram que é possível planejar a partir de premissas diferentes das adotadas oficialmente. Tais estudos podem servir como auxílio e suporte na projeção de cenários que o governo normalmente não costuma considerar.	Acatada parcialmente	O Procedimento de Elaboração do PNE define a realização de diversos workshops e consultas públicas que permitem a participação dos interessados. A elaboração dos planos de longo prazo já realiza análises de sensibilidade de parâmetros chave, que gera a criação de múltiplos cenários, como uma ferramenta de auxílio à elaboração de políticas públicas para o setor energético.
40.		13	Entre as variáveis a serem consideradas na análise de sensibilidade sugere-se considerar, por exemplo: 1) total restrição à construção de mais hidrelétricas na Amazônia para além de empreendimentos já contratados até o início de elaboração do PNE 2050; 2) total restrição à construção de termelétricas a carvão mineral ou óleo diesel para além de empreendimentos já contratados até o início de elaboração do PNE 2050.	Acatada parcialmente	A elaboração dos planos de longo prazo já realiza análises de sensibilidade de parâmetros chave, como uma ferramenta de auxílio à elaboração de políticas públicas para o setor energético. Essa prática gera um número de cenários, inclusive sobre diferentes níveis de descarbonização da matriz.
41.		14	Sugere-se indicar os modelos a serem utilizados na elaboração dos cenários e projeções, bem como disponibilizar os que forem de domínio público ou desenvolvidos pelo MME ou EPE, para que interessados possam desenvolver projeções independentes.	Acatada	A recomendação será considerada.
42.		15	Por fim, apesar de reconhecer o conflito com interesses governamentais, sugere-se desconsiderar a continuidade da utilização de energia nuclear no país, produzindo um cenário que leve em consideração, inclusive, o descomissionamento das usinas Angra 1 e Angra 2.	Não Acatada	A elaboração dos planos de longo prazo já realiza análises de sensibilidade de parâmetros chave, como uma ferramenta de auxílio à elaboração de políticas públicas para o setor energético. Essa prática gera um número de cenários. Entretanto, o PNE é um plano de cunho estratégico e qualitativo. Os cenários de longo prazo não consideram futuros projetos de maneira individual, mas estabelecem os desafios para alcance de determinados objetivos.
43.		16	A agenda de quatro anos para a elaboração do PNE inicia em 2019?	Não se aplica	Os relatórios de planejamento de longo prazo serão publicados a cada 5 anos, com revisão no seu terceiro ano, para um horizonte de 30 anos, condizente com os prazos de concessões e projetos mais longos. Especificamente sobre o PNE 2050, o mesmo tem prazo para publicação em dezembro de 2019.

ID	AGENTE	Qt	RESUMO DA CONTRIBUIÇÃO	RESULTADO	JUSTIFICATIVA
44.	Frente por uma Nova Política Energética para o Brasil	17	Tendo o planejamento energético caráter determinante para o setor público, como cita a proposta, por que os Planos Decenais de Expansão de Energia (PDEs), que possuem relação com o PNE, afirmam serem tão somente de caráter indicativo, não apenas para o setor privado, mas também para o setor público?	Não se aplica	O texto reproduz o que estabelece a Constituição Federal de 1988. O PDE tem caráter indicativo. A efetiva expansão da oferta de energia depende do crescimento da demanda, da competitividade relativa entre as fontes e da estratégia de investimento das empresas.
45.		18	Por que ao comparar o consumo energético brasileiro com outros países com economias do mesmo porte e desenvolvimento (neste caso considerado baixo), o discurso governamental não compara também os níveis de eficiência energética de nosso país com os demais, por exemplo? Em que medida a comparação tão somente de consumos per capita não esconderia uma pretensa justificativa para se aumentar indefinidamente o consumo?	Não se aplica	A contribuição não se refere ao texto em consulta.
46.		19	Quando a proposta fala em energia eólica se considera também o potencial de geração off shore, já que o mesmo não cita essa possibilidade explicitamente?	Não se aplica	A diversificação das fontes na Matriz Energética Nacional, sem exclusões, é preconizando. A sustentabilidade, eficiência e inovação tecnológica são premissas para o planejamento.
47.		20	Os cenários formulados e projeções feitas no PNE 2030 serão considerados de alguma forma neste processo de elaboração?	Não se aplica	A metodologia explicitada pelo Procedimento de Elaboração do PNE prevê a avaliação contínua das edições anuais do PNE, de forma a promover os ajustes necessários quando da sua atualização. Todos os documentos elaborados anteriormente sobre planejamento energético integrado de longo prazo são considerados na elaboração do PNE.
48.		21	Por que o Documento de Apoio ao PNE 2050 "Considerações sobre a Participação da Sociedade no Planejamento de Longo Prazo", que apresenta boas propostas e inclusive alternativas de processo, parece não ter sido considerado na elaboração da proposta ora em consulta pública? Dada a constatação anterior, o que será feito com todos os documentos já produzidos pela EPE e pelo próprio MME até então?	Não se aplica	O documento ora em consulta pública refere-se à metodologia de elaboração dos planos de planejamento de longo prazo, não especificamente à edição do PNE 2050. Os documentos elaborados anteriormente pela EPE sobre planejamento energético integrado de longo prazo são considerados na elaboração do PNE.

ID	AGENTE	Qt	RESUMO DA CONTRIBUIÇÃO	RESULTADO	JUSTIFICATIVA
49.	Frente por uma Nova Política Energética para o Brasil	22	A afirmação de que é fundamental uma sistematização de projeções socioeconômicas das variáveis de cada setor, de modo que os cenários compatíveis possam ser adotados (pág. 11), significaria uma uniformidade na análise? Os parâmetros econômicos serão os mesmos utilizados em outros estudos por outros órgãos governamentais? Haverá uma integração entre estes órgãos? Se sim, tal integração se daria no momento da produção das projeções?	Não se aplica	O PNE é composto de estudos e análises desenvolvidos visando a suprir a futura demanda energética do país. Busca-se criar uma visão integrada das fontes de energia para otimizar seu uso e aumentar a eficiência econômica, preservando a sustentabilidade social e ambiental. É uma publicação deste MME, com apoio na execução pela EPE, visando ao setor energético.
50.		23	Como se dará a identificação de segmentos de governo nos âmbitos estadual e municipal, sociedade, agentes públicos e agentes sócio-econômicos que podem contribuir na formulação do PNE? (pág. 17)	Não se aplica	A coordenação do PNE, com o auxílio dos outros ministérios, fará a identificação de órgãos públicos dos diversos níveis de governo, agentes públicos e privados e organizações não governamentais para participarem do processo de elaboração do PNE. Os workshops e as Consultas Públicas serão também instrumentos de participação ampla de agentes públicos e privados interessados em participar em ações relacionadas à elaboração ao PNE.
51.		24	Em relação ao trecho da proposta: "Possui uma extensão de território e litoral que lhe garante abundante acesso a expressivos potenciais energéticos renováveis - hidro, solar, eólico e diversas biomassas - e os significativos recursos do Pré-sal, além de recursos de urânio e carvão". Consideramos que o governo se relativiza o potencial renovável do Brasil em paralelo ao não renovável enquanto temos um potencial de fontes renováveis único, entre os maiores do mundo. Além disso, vale ressaltar a baixa qualidade do carvão mineral brasileiro – altamente poluente e pouco eficiente.	Não se aplica	A diversificação das fontes na Matriz Energética Nacional, sem exclusões, é preconizada. A sustentabilidade, eficiência e inovação tecnológica são premissas para o planejamento. A elaboração dos planos de longo prazo já realiza análises de sensibilidade de parâmetros chave, como uma ferramenta de auxílio à elaboração de políticas públicas para o setor energético. Essa prática gera um número de cenários, inclusive sobre diferentes níveis de descarbonização da matriz.
52.		25	Vale ressaltar também o seguinte trecho: "Como signatário dos acordos internacionais relativos ao desenvolvimento sustentável e às incertezas do clima, estas devem ser consideradas de forma principal nos cenários e condicionantes do longo prazo". Consideramos que se deve criar mecanismos para que essa assertiva se efetive.	Não se aplica	A metodologia proposta no Procedimento de Elaboração do PNE define a consideração desses aspectos nos cenários de longo prazo. Após publicação de cada PNE, será elaborado um plano de ação no sentido de alcançar os objetivos a serem definidos.

ID	AGENTE	Qt	RESUMO DA CONTRIBUIÇÃO	RESULTADO	JUSTIFICATIVA
53.		26	Em relação ao trecho: “Avaliar fatores para os quais o PNE é sensível, como um cenário de demanda e oferta de energia submetido a uma condição de alteração das variáveis climáticas tomando como parâmetro as mais recentes projeções do IPCC (...)”. Está é uma consideração importante no que diz respeito a medidas de adaptação às mudanças climáticas. Em termos de mitigação destes impactos é necessário a proposição de medidas efetivas (e urgentes) de redução da emissão de gases de efeito estufa (GEE) da matriz energética brasileira – que vem em uma curva ascendente devido ao incremento da participação de usinas termelétricas a gás natural.	Não se aplica	O PNE tem como objetivo apresentar uma visão integrada das várias fontes de energia para otimizar seu uso e aumentar a eficiência econômica, preservando a sustentabilidade social e ambiental.
54.	Frente por uma Nova Política Energética para o Brasil	27	<p>Reforçamos a importância de se considerar nessa elaboração o relatório [R]evolução Energética¹, pois tal estudo mostra como o Brasil pode chegar a uma matriz energética 100% limpa e renovável no horizonte de 2050. O resultado aponta para contas de luz mais baratas, menos impactos socioambientais e maior segurança energética.</p> <p>A “viabilidade e penetração de tecnologias de fontes renováveis”, como expresso no documento de proposta, vem batendo recordes e superando até mesmo as projeções mais otimistas. Uma transição energética justa, como a proposta pelo relatório do Greenpeace em parceria com a German Aerospace Center, é, portanto, viável em termos técnicos – em se considerando o potencial brasileiro – e vantajosa em termos socioeconômicos e ambientais.</p> <p>Faz-se necessário, portanto, haver um anúncio e metas claras no PNE 2050 em direção a um phase-out ou descomissionamento de parques de geração de energias fósseis, a começar pelos mais poluentes como é o caso do carvão mineral; os mais caros e arriscados aos brasileiros, como usinas nucleares; e o fim da construção de grandes empreendimentos de infraestrutura em áreas sensíveis social e ambientalmente, como hidrelétricas na Amazônia.</p>	Acatada parcialmente	<p>A elaboração dos planos de longo prazo já realiza análises de sensibilidade de parâmetros chave, como uma ferramenta de auxílio à elaboração de políticas públicas para o setor energético. Essa prática gera um número de cenários, inclusive sobre diferentes níveis de descarbonização da matriz.</p> <p>Adicionalmente, o documento ora em consulta pública refere-se à metodologia de elaboração dos planos de planejamento de longo prazo, não especificamente à edição do PNE 2050.</p>

ID	AGENTE	Qt	RESUMO DA CONTRIBUIÇÃO	RESULTADO	JUSTIFICATIVA
55.	Instituto Clima e Sociedade - ICS	01	<p>Item 04: Necessidade e oportunidade da estruturação do procedimento de planejamento de longo prazo</p> <p>No presente item faz-se menção a testes de sensibilidade das principais variáveis. No entanto, seria importante que houvesse maior clarificação entre a composição dos cenários e também a análises de sensibilidade a ser realizadas. Esse maior entrelaçamento permitiria melhor avaliação entre os cenários e as sensibilidades realizadas. Outro ponto importante, ainda nesse contexto, é a necessidade de seleção de quais são as variáveis a serem identificadas como principais e que serão objeto de análise de sensibilidade. Neste item também há referência à uniformização das variáveis socioeconômicas de longo-prazo, porém seria importante especificar de maneira mais clara e objetivo como se dará este processo, considerando muitos órgãos não realizam projeções de longo prazo. A questão climática não deve ser vista apenas à luz da ação das organizações internacionais, mas sobretudo na perspectiva mais ampla, a incluir: as vulnerabilidades do país às alterações climáticas (e, assim, a capacidade de adaptação do setor de energia), a trajetória do país para uma economia de baixo carbono (e, portanto, as oportunidades de mitigação e o direcionamento do aproveitamento das oportunidades para o setor de energia brasileiro). Deve-se considerar os possíveis impactos que essas mudanças trarão nos demais aspectos ambientais e territoriais e sua relação com o setor energético.</p>	Acatada parcialmente	Já contempla. A elaboração dos planos de longo prazo já realiza análises de sensibilidade de parâmetros chave, como uma ferramenta de auxílio à elaboração de políticas públicas para o setor energético. Essa prática gera um número de cenários, inclusive sobre diferentes níveis de descarbonização da matriz. A definição dos parâmetros chave é realizada em cada edição do PNE, podendo ser identificados parâmetros endógenos e exógenos aos modelos de planejamento. Durante o processo de elaboração do PNE, a composição dos cenários e as variáveis, os testes e as análises de sensibilidade serão detalhados.
56.		02	<p>Item 5.3 Revisão crítica da Matriz de Responsabilidade e Impacto</p> <p>Neste item torna-se importante clarificar como se dará o processo de composição da matriz de responsabilidade e impacto, bem como o estabelecimento do nível e grau de consulta de cada parte interessada.</p>	Acatada parcialmente	Já contempla. A coordenação do PNE deverá, após a identificação de todos os órgãos públicos e os agentes públicos e privados que podem atuar no processo de planejamento, estruturar a Matriz de Responsabilidade e Impacto, atribuindo a cada agente as suas responsabilidades, os prazos necessários para conclusão das atividades e avaliar os impactos de cada ação e recomendação.
57.		03	<p>Item 5.4 Elaborar diagnóstico sobre políticas setoriais em energia</p> <p>No referido item, não fica claro se serão apenas consideradas políticas setoriais em energia ou se um aspecto maior de políticas que impactam o setor de energia. Se for restrita a primeira situação, recomenda-se incluir a análise de além dos citados acordos internacionais ou outras políticas de longo-prazo, tanto em nível nacional, estadual e municipal que podem influenciar o diagnóstico.</p>	Acatada	Já contempla. Os acordos internacionais do qual o País faz parte integram a sua política energética nacional. Ainda assim, é interessante destacar esse ponto.

ID	AGENTE	Qt	RESUMO DA CONTRIBUIÇÃO	RESULTADO	JUSTIFICATIVA
58.	Instituto Clima e Sociedade - ICS	04	Item 5.5 Workshops e consultas para subsídio: segmentos do governo e sociedade Neste item, a proposta de procedimento deveria ampliar o papel da sociedade no contexto de sua participação. A descrição presente no item considera que a sociedade será chamada apenas na etapa de discussão e divulgação dos resultados. Seria importante reconhecer que há outras etapas onde a avaliação e um olhar mais amplo da sociedade para o setor torna-se necessário para a melhora da robustez do PNE. O processo de criação de cenários será tanto melhor, quanto mais adequado se der o processo de consulta e de incorporação de diferentes visões.	Não acatada	O Procedimento de Elaboração já recomenda a realização de workshops e consultas públicas em diversas etapas, o que permite ampla participação dos agentes em todos os passos do processo de elaboração do PNE. De modo a dar celeridade ao processo, e permitir a publicação do plano em tempo hábil de que ele apresente as diretrizes de planejamento de longo prazo, assim como preservar o orçamento, há que se manter um equilíbrio entre as etapas de estudos e elaboração dos relatórios e de consulta ao público e coleta de contribuições.
59.		05	Item 5.8 Workshops e consultas para subsídio: segmentos do governo e sociedade Na proposta presente na tabela 01, sugere-se inserir um capítulo com os resultados dos diagnósticos das políticas avaliadas e também indicativos acerca das políticas que irão compor os cenários, indicando uma cesta de medidas políticas de longo prazo que poderão ser adotadas.	Acatada parcialmente	Já contempla. Não está previsto um único relatório, mas um conjunto de relatórios associados. Ademais, a lista apresentada não se propõe a ser exaustiva, havendo espaço para adequação conforme as necessidades de cada ciclo. O PNE é um plano de cunho estratégico e qualitativo. Os cenários de longo prazo auxiliam na identificação dos desafios para alcance de determinados objetivos.
60.		06	Item 5.9 Consulta Pública II: validação de pesquisa e cenários Necessário clarificar que o processo de consulta pública dará transparência a todas as contribuições, indicando quais foram ou não acatadas, bem como a justificativa. Além disso, torna-se importante que a temporalidade das aplicações das sugestões aceitas seja indicada, ou seja, podem existir alterações que apesar de serem aceitas não se efetivarão no mesmo ciclo de elaboração, quando da contribuição.	Acatada parcialmente	Já contemplado, O Ministério de Minas e Energia – MME se utiliza de metodologia de relatar e publicar a análise das contribuições, semelhante ao que fazem outras instituições do setor.

ID	AGENTE	Qt	RESUMO DA CONTRIBUIÇÃO	RESULTADO	JUSTIFICATIVA
61.	Frente por uma Nova Política Energética para o Brasil e GT Infra	01	Sobre o reconhecimento de que o setor energético “não conta ainda com um processo formalizado para a condução metódica da cadeia formada por política energética, estratégias e elaboração de plano de longo prazo” (pág. 7), sugerimos a criação e formalização de mecanismos e processos sistemáticos voltados para garantir a transparência e participação da sociedade civil na elaboração e revisão do PNE e instrumentos complementares, a exemplo dos planos decenais de planejamento energético (PDE), abordando questões fundamentais como: a proposta de procedimento deveria ampliar o papel da sociedade no contexto de sua participação. A descrição presente no item considera que a sociedade será chamada apenas na etapa de discussão e divulgação dos resultados. Seria importante reconhecer que há outras etapas onde a avaliação e um olhar mais amplo da sociedade para o setor tornam-se necessários para a melhora da robustez do PNE.	Acatada parcialmente	Já contempla. O Procedimento de Elaboração já recomenda a realização de workshops e consultas públicas em diversas etapas, o que permite ampla participação dos agentes em todos os passos do processo de elaboração do PNE. De modo a dar celeridade ao processo, e permitir a publicação do plano em tempo hábil de que ele apresente as diretrizes de planejamento de longo prazo, assim como preservar o orçamento, há que se manter um equilíbrio entre as etapas de estudos e elaboração dos relatórios e de consulta ao público e coleta de contribuições.
62.		02	Entre os fatores que devem orientar o planejamento de longo prazo do setor energético (pág. 12) deve constar claramente a integração de aspectos socioambientais e territoriais, a exemplo da gestão de bacias hidrográficas, com o uso sustentável dos recursos hídricos, e os direitos territoriais de povos indígenas e outras populações tradicionais. O PNE e outros instrumentos orientadores do planejamento energético brasileiro precisam incorporar, de forma efetiva, os direitos humanos como elemento fundamental, considerando o marco legal nacional e os acordos internacionais dos quais o Brasil faz parte. Assim, o MME precisa demonstrar como o planejamento vem incorporando e utilizando mecanismos para garantir os direitos dos povos indígenas, extrativistas, ribeirinhos, quilombolas, pescadores e outros grupos locais ameaçados e impactados por empreendimentos do setor elétrico; destacando-se o respeito aos direitos territoriais, com seus sistemas de conhecimento e estratégias de vida, e ao direito à consulta e consentimento livre, prévio e informado.	Acatada parcialmente	Já contempla. O PNE tem como objetivo apresentar uma visão integrada das várias fontes de energia para otimizar seu uso e aumentar a eficiência econômica, preservando a sustentabilidade social e ambiental. Adicionalmente, ressalta-se que os acordos internacionais do qual o País faz parte integram a sua política energética nacional.

ID	AGENTE	Qt	RESUMO DA CONTRIBUIÇÃO	RESULTADO	JUSTIFICATIVA
63.	Frente por uma Nova Política Energética para o Brasil e GT Infra	03	<p>Sugerimos que no processo de elaboração do PNE, a questão climática não seja vista apenas à luz da “ação das organizações internacionais” (pág. 12), mas, sobretudo, em uma perspectiva ampla e intrínseca ao planejamento para o desenvolvimento sustentável do país, considerando: as vulnerabilidades do país às alterações climáticas (e, assim, a capacidade de adaptação do setor de energia), a trajetória do país para uma economia de baixo carbono (e, portanto, as oportunidades de mitigação e o direcionamento do aproveitamento das oportunidades para o setor de energia brasileiro). A compatibilidade do planejamento energético e a NDC brasileira deve ser garantida no PNE, inclusive na sua metodologia de elaboração e revisão periódica.</p> <p>As diretrizes estratégicas, apresentadas acima, devem constar como elementos fundamentais do “enfoque sistêmico para o planejamento energético” (pág. 15).</p>	Acatada parcialmente	Já contempla. Os acordos internacionais do qual o País faz parte integram a sua política energética nacional. Ainda assim, é interessante destacar esse ponto. Entretanto, não se fazem necessários os exemplos, visto que o objetivo dos procedimentos é ser perene e independente da conjuntura.
64.		04	<p>Entre os temas estratégicos que merecem destaque no planejamento energético de longo prazo (pág. 14), cabe ressaltar a trajetória de ganhos em eficiência energética e as crescentes vantagens da geração de energias renováveis pelas fontes solar, eólica e biomassa, em termos de evolução tecnologia, custo e geração de emprego e renda, com a devida atenção para as potencialidades de geração distribuída. Além disso, ao se mencionar a Revolução 4.0, sugerimos levar em consideração também outros usos que demandarão energia do sistema, como a provável inserção de veículos elétricos na matriz de transportes, por exemplo.</p> <p>Entre os expressivos potenciais renováveis a serem considerados na elaboração do PNE (pág. 14) merece atenção o potencial de geração maremotriz e ondo motriz que o Brasil possui.</p>	Acatada parcialmente	Já contempla. O PNE tem como objetivo apresentar uma visão integrada das várias fontes de energia para otimizar seu uso e aumentar a eficiência econômica, preservando a sustentabilidade social e ambiental. A diversificação das fontes na Matriz Energética Nacional, sem exclusões, é preconizando. A sustentabilidade, eficiência e inovação tecnológica são premissas para o planejamento. Ainda, eficiência energética é relevante para o planejamento de longo prazo.

ID	AGENTE	Qt	RESUMO DA CONTRIBUIÇÃO	RESULTADO	JUSTIFICATIVA
65.	Frente por uma Nova Política Energética para o Brasil e GT Infra	05	<p>Sobre os fatores que devem ter sua influência analisada e/ou considerada no planejamento energético de médio e longo prazo (pág. 14), merece atenção especial a urgente transição para energias renováveis com a redução e eliminação do uso de combustíveis fósseis, como prioridade estratégica. Trata-se de um assunto relacionado a questões essenciais, como o planejamento participativo do setor energético e sua inserção em estratégias de desenvolvimento sustentável, assim como suas interfaces com outras políticas públicas estratégicas, a exemplo da saúde pública e mudanças climáticas.</p> <p>Entre as variáveis a serem consideradas na análise de sensibilidade a ser feita (págs. 9 e 10) no PNE, merece atenção especial: 1) restrição à construção de mais hidrelétricas na Amazônia e outras regiões altamente sensíveis em termos socioambientais, para além de empreendimentos já contratados até o início de elaboração do PNE 2050; 2) restrição à construção de termelétricas a carvão mineral ou óleo diesel para além de empreendimentos já contratados até o início de elaboração do PNE 2050.</p>	Não acatada	<p>O PNE tem como objetivo apresentar uma visão integrada das várias fontes de energia para otimizar seu uso e aumentar a eficiência econômica, preservando a sustentabilidade social e ambiental.</p> <p>A elaboração dos planos de longo prazo já realiza análises de sensibilidade de parâmetros chave, como uma ferramenta de auxílio à elaboração de políticas públicas para o setor energético. Essa prática gera um número de cenários, inclusive sobre diferentes níveis de descarbonização da matriz.</p> <p>Adicionalmente, o documento ora em consulta pública refere-se à metodologia de elaboração dos planos de planejamento de longo prazo, não especificamente à edição do PNE 2050.</p>
66.		06	<p>Tendo em vista fatores custo econômico e risco socioambiental, frente a alternativas de geração de energia, é necessário considerar no PNE a descontinuidade da utilização de energia nuclear no país, produzindo um cenário que leve em consideração, inclusive, o descomissionamento das usinas Angra 1 e Angra 2.</p>	Não acatada	<p>A elaboração dos planos de longo prazo já realiza análises de sensibilidade de parâmetros chave, como uma ferramenta de auxílio à elaboração de políticas públicas para o setor energético. Essa prática gera um número de cenários. Entretanto, o PNE é um plano de cunho estratégico e qualitativo. Os cenários de longo prazo não consideram futuros projetos de maneira individual, mas estabelecem os desafios para alcance de determinados objetivos.</p>
67.		07	<p>Na elaboração de "diagnóstico sobre políticas públicas setoriais em energia" (pág. 17) citar não apenas os acordos internacionais no âmbito do governo federal que guardem relação ou impactam o planejamento energético devem ser considerados, mas também as políticas nacionais de meio ambiente, de clima, de recursos hídricos, de direitos indígenas, etc.</p>	Acatada parcialmente	<p>Já contemplada. O setor energético é interdependente com outros setores da sociedade e, assim, a contribuição é pertinente.</p> <p>Ressalta-se que o PNE tem como objetivo apresentar uma visão integrada das várias fontes de energia para otimizar seu uso e aumentar a eficiência econômica, preservando a sustentabilidade social e ambiental.</p>

ID	AGENTE	Qt	RESUMO DA CONTRIBUIÇÃO	RESULTADO	JUSTIFICATIVA
68.	Frente por uma Nova Política Energética para o Brasil e GT Infra	08	<p>Sugerimos que a “análise de informações e de políticas públicas vigentes” (pág. 16) seja feita em conjunto com os diversos atores da sociedade. Para além da consulta pública prevista para apreciar tal análise, recomendamos que sejam realizados workshops presenciais, tais quais preconizados no item 5.5 do documento ora em consulta pública, nas cinco regiões do país.</p> <p>--</p> <p>No contexto da realização de “workshops e consultas para subsídios com segmentos do governo e sociedade” (pág. 17), defendemos que a sociedade não seja chamada apenas para discutir resultados, mas para participar inclusive com a produção dos cenários.</p> <p>Neste sentido, sugerimos que se realize um ou mais workshops específicos com segmentos da sociedade para que sejam apreciadas pelo governo experiências de planejamento energético desenvolvidas de forma independente, como por exemplo, o relatório [R]Evolução Energética, do Greenpeace, e a Plataforma de Cenários Energéticos. Alguns dos cenários produzidos apontam caminhos bem diferentes do planejamento governamental e mostram que é possível planejar a partir de premissas diferentes das adotadas oficialmente. Tais estudos podem servir como auxílio e suporte na projeção de cenários que o governo normalmente não costuma considerar</p>	Não acatada	<p>O Procedimento de Elaboração já recomenda a realização de workshops e consultas públicas, o que permite ampla participação dos agentes no processo de elaboração do PNE em todas as suas etapas.</p> <p>De modo a dar celeridade ao processo, e permitir a publicação do plano em tempo hábil de que ele apresente as diretrizes de planejamento de longo prazo, assim como preservar o orçamento, há que se manter um equilíbrio entre as etapas de estudos e elaboração dos relatórios e de consulta ao público e coleta de contribuições.</p>
69.		09	<p>No que diz respeito à consolidação de informações de contexto, além da elaboração do relatório executivo (pág. 18), sugerimos a elaboração relatório detalhado, a ser disponibilizado na consulta pública subsequente.</p>	Acatada parcialmente	<p>Confere maior transparência. Será integrada ao processo de elaboração da edição do PNE posterior ao PNE 2050.</p> <p>Ressalta-se que não está previsto um único relatório, mas um conjunto de relatórios. Ademais, a lista de documentos não se propõe a ser exaustiva, havendo espaço para adequação conforme as necessidades de cada ciclo.</p>
70.		10	<p>Em relação aos “estudos de suporte à elaboração do PNE” (pág. 20) sugerimos explicitar os Recursos Energéticos Distribuídos, a saber: (i) geração distribuída, ii) armazenamento de energia, iii) veículos elétricos e estrutura de recarga, iv) eficiência energética e v) gerenciamento pelo lado da demanda.</p>	Acatada parcialmente	<p>As sugestões (iv) e (v) da contribuição são pertinentes para elaboração de um planejamento de longo prazo. As demais sugestões já estão contempladas na proposta original.</p>
71.		11	<p>Ainda em relação aos estudos citados no item anterior, sugerimos a elaboração do seguinte estudo de suporte: “Cenários de Impactos Socioambientais do PNE” (tais como geração de empregos, emissões de gases de efeito estufa, emissões de poluentes, saúde pública, produtividade industrial, inovação tecnológica dentre outros.</p>	Acatada	<p>Será incorporado ao item 5.10 do Procedimento de Elaboração do PNE a recomendação de realizar estudo “Cenários de Impactos Socioambientais do PNE”</p>

ID	AGENTE	Qt	RESUMO DA CONTRIBUIÇÃO	RESULTADO	JUSTIFICATIVA
72.	Frente por uma Nova Política Energética para o Brasil e GT Infra	12	Além da elaboração, "revisão e emissão da versão final do Relatório Executivo do PNE" (pág. 21), sugerimos que seja elaborado e aprovado um Relatório Detalhado do PNE.	Acatada parcialmente	Confere maior transparência. Será integrada ao processo de elaboração da edição do PNE posterior ao PNE 2050. Ressalta-se que não está previsto um único relatório, mas um conjunto de relatórios. Ademais, a lista de documentos não se propõe a ser exaustiva, havendo espaço para adequação conforme as necessidades de cada ciclo.
73.		13	Caso a matriz de impacto seja distinta da matriz de responsabilidades (pág. 23), faz-se necessário definir esta matriz de impacto e inserir a proposta inicial dessa matriz tal qual foi feito para a de matriz de responsabilidades.	Aprovado parcialmente	Serão adequados os textos dos itens 5.3 e 7, adicionando um exemplo de Matriz de Impacto.
74.		14	No que diz respeito à governança do PNE (pág. 24), para além de relacioná-los na matriz de responsabilidades, sugere-se definir preliminarmente os segmentos do governo e agentes públicos que precisam atuar de forma integrada. -- Na "identificação dos segmentos de governo, agentes públicos e agentes sócio-econômicos cuja participação é necessária" (pág. 24) sugere-se a convocação não apenas dos/as que atuem nas áreas de transporte, indústria e educação, mas também nas áreas de saúde, economia, meio ambiente e clima.	Acatada parcialmente	Melhora o entendimento da proposta. Será acrescentada lista preliminar de entes, mas que não configura uma estrutura fixa e pode ser adequada conforme evolução do setor energético. O setor energético é interdependente com outros setores da sociedade e, assim, a contribuição é pertinente.
75.		15	Sugere-se também que todos os relatórios de resultados das Consultas Públicas a serem produzidos durante o processo contemplem análises das contribuições recebidas, respondendo adequadamente às sugestões feitas, destacando o que foi acatado e o que não foi, explicitando neste caso o motivo, começando pelo resultado desta Consulta Pública.	Acatada parcialmente	Já contempla. O MME se utiliza de metodologia de relatar e publicar a análise das contribuições.
76.		16	Sugere-se indicar os modelos a serem utilizados na elaboração dos cenários e projeções, bem como disponibilizar os que forem de domínio público ou desenvolvidos pelo MME ou EPE para que interessados possam desenvolver projeções independentes.	Acatada	A recomendação será considerada.

ID	AGENTE	Qt	RESUMO DA CONTRIBUIÇÃO	RESULTADO	JUSTIFICATIVA
77.	Frente por uma Nova Política Energética para o Brasil e GT Infra	17	Sugere-se ainda que a elaboração contemple um estudo de suporte sobre os limites de penetração de novas fontes (em especial solar e eólica) na matriz elétrica sob o ponto de vista operativo e que, a partir de tais limites, o PNE estabeleça metas ambiciosas de penetração no longo prazo destas fontes.	Acatada	Já contempla. A elaboração dos planos de longo prazo já realiza análises de sensibilidade de parâmetros chave, como uma ferramenta de auxílio à elaboração de políticas públicas para o setor energético. Essa prática gera um número de cenários, inclusive sobre diferentes níveis de descarbonização da matriz. A diversificação das fontes na Matriz Energética Nacional, sem exclusões, e preconizando a sustentabilidade, eficiência e inovação tecnológica são premissas para o planejamento.
78.		18	Sugere-se que a etapa de monitoramento (pág. 13) indique claramente os indicadores que permitirão que este seja feito de forma eficaz. Por exemplo: se o PNE indicar o direcionamento para a eficiência energética em 10%, é preciso que se aponte indicadores que nos permitam avaliar essa evolução da política energética.	Acatada parcialmente	Já contemplada. O PNE é um plano de cunho estratégico e qualitativo. Os cenários de longo prazo não consideram futuros projetos de maneira individual, mas estabelecem os desafios para alcance de determinados objetivos. Após publicação de cada PNE, será elaborado um plano de ação nesse sentido.
79.		19	Sugere-se que o CNPE seja envolvido já na etapa de elaboração e não apenas na aprovação do PNE.	Acatada parcialmente	Já contemplada. As atribuições do CNPE são estabelecidas por lei específica e o MME atua como coordenador do Conselho e na elaboração do PNE.
80.		20	Tendo o planejamento energético caráter determinante para o setor público, como cita a proposta, por que os Planos Decenais de Expansão de Energia (PDEs), que possuem relação com o PNE, afirmam serem tão somente de caráter indicativo, não apenas para o setor privado, mas também para o setor público?	Não se aplica	O texto reproduz o que estabelece a Constituição Federal de 1988. O PDE tem caráter indicativo. A efetiva expansão da oferta de energia depende do crescimento da demanda, da competitividade relativa entre as fontes e da estratégia de investimento das empresas.
81.		21	Por que ao comparar o consumo energético brasileiro com outros países com economias do mesmo porte e desenvolvimento (neste caso considerado baixo), o discurso governamental não compara também os níveis de eficiência energética de nosso país com os demais, por exemplo? Em que medida a comparação tão somente de consumos per capita não esconde uma pretensa justificativa para se aumentar indefinidamente o consumo?	Não se aplica	A contribuição não se refere ao texto em consulta.

ID	AGENTE	Qt	RESUMO DA CONTRIBUIÇÃO	RESULTADO	JUSTIFICATIVA
82.	Frente por uma Nova Política Energética para o Brasil e GT Infra	22	Quando a proposta fala em energia eólica, considera também o potencial de geração off shore, já que o mesmo não cita essa possibilidade explicitamente?	Não se aplica	A diversificação das fontes na Matriz Energética Nacional, sem exclusões, é preconizando. A sustentabilidade, eficiência e inovação tecnológica são premissas para o planejamento.
83.		23	Os cenários formulados e projeções feitas no PNE 2030 serão considerados de alguma forma neste processo de elaboração?	Não se aplica	A metodologia explicitada pelo Procedimento de Elaboração do PNE prevê a avaliação contínua das edições anuais do PNE, de forma a promover os ajustes necessários quando da sua atualização. Todos os documentos elaborados anteriormente sobre planejamento energético integrado de longo prazo são considerados na elaboração do PNE.
84.		24	Por que o Documento de Apoio ao PNE 2050 "Considerações sobre a Participação da Sociedade no Planejamento de Longo Prazo", que apresenta boas propostas, com a realização de uma Conferência Nacional de Energia, parece não ter sido considerado na elaboração da proposta ora em consulta pública? Dada a constatação anterior, o que será feito com todos os documentos já produzidos pela EPE e pelo próprio MME até então?	Não se aplica	O documento ora em consulta pública refere-se à metodologia de elaboração dos planos de planejamento de longo prazo, não especificamente à edição do PNE 2050. Os documentos elaborados anteriormente pela EPE sobre planejamento energético integrado de longo prazo são considerados na elaboração do PNE.
85.		25	A afirmação de que é "fundamental uma sistematização de projeções socioeconômicas das variáveis de cada setor, de modo que os cenários compatíveis possam ser adotados" (pág. 11), significará uma uniformidade na análise? Os parâmetros econômicos serão os mesmos utilizados em outros estudos por outros órgãos governamentais? Haverá uma integração entre estes órgãos? Se sim, tal integração se dará no momento da produção das projeções ou apenas em sua sistematização?	Não se aplica	O PNE é composto de estudos e análises desenvolvidos visando a suprir a futura demanda energética do país. Busca-se criar uma visão integrada das fontes de energia para otimizar seu uso e aumentar a eficiência econômica, preservando a sustentabilidade social e ambiental. É uma publicação deste MME, com apoio na execução pela EPE, visando ao setor energético.
86.		26	Como se dará a "identificação de segmentos de governo nos âmbitos estadual e municipal, sociedade, agentes públicos e agentes sócio-econômicos que podem contribuir na formulação do PNE"? (pág. 17).	Não se aplica	A coordenação do PNE, com o auxílio dos outros ministérios, fará a identificação de órgãos públicos dos diversos níveis de governo, agentes públicos e privados e organizações não governamentais para participarem do processo de elaboração do PNE. Os workshops e as Consultas Públicas serão também instrumentos de participação ampla de agentes públicos e privados interessados em participar em ações relacionadas à elaboração ao PNE.

ID	AGENTE	Qt	RESUMO DA CONTRIBUIÇÃO	RESULTADO	JUSTIFICATIVA
87.	Frente por uma Nova Política Energética para o Brasil e GT Infra	27	Em relação ao trecho da proposta: "Possui uma extensão de território e litoral que lhe garante abundante acesso a expressivos potenciais energéticos renováveis - hidro, solar, eólico e diversas biomassas - e os significativos recursos do Pré-sal, além de recursos de urânio e carvão" (pág. 14). Consideramos que o governo relativiza o potencial renovável do Brasil em paralelo ao não renovável enquanto temos um potencial de fontes renováveis único, entre os maiores do mundo. Além disso, vale ressaltar a baixa qualidade do carvão mineral brasileiro – altamente poluente e pouco eficiente.	Não se aplica	A diversificação das fontes na Matriz Energética Nacional, sem exclusões, é preconizada. A sustentabilidade, eficiência e inovação tecnológica são premissas para o planejamento. A elaboração dos planos de longo prazo já realiza análises de sensibilidade de parâmetros chave, como uma ferramenta de auxílio à elaboração de políticas públicas para o setor energético. Essa prática gera um número de cenários, inclusive sobre diferentes níveis de descarbonização da matriz.
88.		28	Vale ressaltar também o trecho: "Como signatário dos acordos internacionais relativos ao desenvolvimento sustentável e às incertezas do clima, estas devem ser consideradas de forma principal nos cenários e condicionantes do longo prazo" (págs. 14 e 15). Consideramos que se deve criar mecanismos para que essa assertiva se efetive.	Não se aplica	A metodologia proposta no Procedimento de Elaboração do PNE define a consideração desses aspectos nos cenários de longo prazo. Após publicação de cada PNE, será elaborado um plano de ação no sentido de alcançar os objetivos a serem definidos.
89.		29	Em relação ao trecho: "Avaliar fatores para os quais o PNE é sensível, como um cenário de demanda e oferta de energia submetido a uma condição de alteração das variáveis climáticas tomando como parâmetro as mais recentes projeções do IPCC (...)" (pág. 20). Esta é uma consideração importante no que diz respeito a medidas de adaptação às mudanças climáticas. Em termos de mitigação destes impactos é necessário a proposição de medidas efetivas (e urgentes) de redução da emissão de gases de efeito estufa (GEE) da matriz energética brasileira – que vem em uma curva ascendente devido ao incremento da participação de usinas termelétricas a gás natural.	Não se aplica	O PNE tem como objetivo apresentar uma visão integrada das várias fontes de energia para otimizar seu uso e aumentar a eficiência econômica, preservando a sustentabilidade social e ambiental.

ID	AGENTE	Qt	RESUMO DA CONTRIBUIÇÃO	RESULTADO	JUSTIFICATIVA
90.	Frente por uma Nova Política Energética para o Brasil e GT Infra	30	<p>Reforçamos a importância de se considerar nessa elaboração o relatório [R]evolução Energética², pois tal estudo mostra como o Brasil pode chegar a uma matriz energética 100% limpa e renovável no horizonte de 2050. O resultado aponta para contas de luz mais baratas, menos impactos socioambientais e maior segurança energética.</p> <p>A "viabilidade e penetração de tecnologias de fontes renováveis", como expresso no documento de proposta, vêm batendo recordes e superando até mesmo as projeções mais otimistas. Uma transição energética justa, como a proposta pelo relatório do Greenpeace em parceria com a German Aerospace Center, é, portanto, viável em termos técnicos – em se considerando o potencial brasileiro – e vantajosa, em termos socioeconômicos e ambientais.</p> <p>Faz-se necessário, portanto, haver um anúncio de metas claras no PNE 2050 em direção a um phase-out ou descomissionamento de parques de geração de energias fósseis, a começar pelos mais poluentes como é o caso do carvão mineral; os mais caros e arriscados aos brasileiros, como usinas nucleares; e o fim da construção de grandes empreendimentos de infraestrutura em áreas sensíveis social e ambientalmente, como hidrelétricas na Amazônia.</p>	Acatada parcialmente	<p>A elaboração dos planos de longo prazo já realiza análises de sensibilidade de parâmetros chave, como uma ferramenta de auxílio à elaboração de políticas públicas para o setor energético. Essa prática gera um número de cenários, inclusive sobre diferentes níveis de descarbonização da matriz.</p> <p>Adicionalmente, o documento ora em consulta pública refere-se à metodologia de elaboração dos planos de planejamento de longo prazo, não especificamente à edição do PNE 2050.</p>